

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Hospital Estadual "Valdemar Sunhiga" de Sapopemba - Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP

HESAP - Hospital Estadual "Valdemar Sunhiga" de Sapopemba

CNPJ nº 61.687.356/0025-07

Demonstrações Financeiras									
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)					Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)				
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020		
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.958.428	3.495.275	Fornecedores	5	6.875.673	7.120.703	Receitas operacionais	
Estoque	4	1.742.250	1.519.396	Obrigações trabalhistas e tributárias	6	7.851.118	8.274.823	Receitas de serviços prestados	9 127.515.910 135.757.384
Adiantamentos		316.701	233.125	Subvenção governamental para investimentos	7.1	187.953	483.952	Custos de serviços prestados	10 (109.670.282) (116.654.630)
Despesas antecipadas		75.434	84.769					Resultado bruto	17.845.628 19.102.754
Total do ativo circulante		5.092.813	5.332.565	Total do passivo circulante		14.914.744	15.879.478	Despesas operacionais	- -
Não circulante				Não circulante				Administrativas e gerais	10 (17.289.123) (17.630.569)
Depósitos judiciais	8.3	374.583	396.849	Provisão para contingências	8	1.029.750	1.236.594	Demais despesas operacionais	10 (97.242) 32.320
Total do realizável a longo prazo		374.583	396.849	Total do passivo não circulante		1.029.750	1.236.594	Superávit operacional antes do resultado financeiro	459.263 1.504.505
Total do ativo não circulante		374.583	396.849	Total do passivo		15.944.494	17.116.072	Resultado financeiro, líquido	
Total do ativo		5.467.396	5.729.414	Patrimônio líquido				Receitas financeiras	11 454.933 241.384
Ativo compensação				Patrimônio social		(11.386.658)	(13.127.632)	Despesas financeiras	11 (4.636) (4.915)
Imobilizado	7.2	18.910.545	18.211.276	Superávit do exercício		909.560	1.740.974		450.297 236.469
Intangível	7.2	172.531	172.531	Total do patrimônio líquido		(10.477.098)	(11.386.658)	Superávit do exercício	909.560 1.740.974
Total do ativo compensação		19.083.076	18.383.807	Total do passivo e patrimônio líquido		5.467.396	5.729.414	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	
Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)				
		2021	2020					Patrimônio	Superávit
Superávit do exercício		909.560	1.740.974	Subvenção governamental para investimentos aplicados	7.2	19.083.076	18.383.807	Social	Exercício
Resultados abrangentes		-	-					(6.340.432)	(7.787.200)
Resultado abrangente total do exercício		909.560	1.740.974	Total do passivo compensação		19.083.076	18.383.807		Líquido
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2021 a 31/12/2021					Valor R\$ 3.490.274,67				
Saldo de caixa em 31/12/2020					Valor R\$ 3.490.274,67				
Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos									
Origem dos Recursos: Estadual									
Data prevista para o repasse		Valores previstos R\$	Documento de crédito nº	Notas de empenho nº	Data	Valores repassados R\$			
08/01/2021		11.160.000,00	2021OB00475	2021NE00108	07/01/2021	11.160.000,00			
05/02/2021		10.307.782,00	2021OB09427	2021NE00213	05/02/2021	10.307.782,00			
05/03/2021		10.307.782,00	2021OB15339	2021NE00213	05/03/2021	10.307.782,00			
07/04/2021		10.307.782,00	2021OB22853	2021NE00213	07/04/2021	10.307.782,00			
07/04/2021		500.000,00	2021OB38077	2021NE00452	25/05/2021	500.000,00			
07/05/2021		10.307.782,00	2021OB31574	2021NE00213	07/05/2021	10.307.782,00			
07/05/2021		500.000,00	2021OB06688	2021NE00478	07/06/2021	500.000,00			
07/06/2021		10.307.782,00	2021OB41069	2021NE00213	07/06/2021	10.307.782,00			
07/06/2021		500.000,00	2021OB08280	2021NE00538	25/06/2021	500.000,00			
07/07/2021		10.307.782,00	2021OB52528	2021NE00213	06/07/2021	10.307.782,00			
07/07/2021		500.000,00	2021OB09163	2021NE00612	23/07/2021	500.000,00			
06/08/2021		10.307.782,00	2021OB64744	2021NE00213	06/08/2021	10.307.782,00			
06/08/2021		500.000,00	2021OB11935	2021NE00732	14/09/2021	500.000,00			
06/08/2021		428.765,00	2021OB11408	2021NE00710	06/09/2021	428.765,00			
08/09/2021		10.307.782,00	2021OB76854	2021NE00213	06/09/2021	10.307.782,00			
08/09/2021		4.800,00	2021OB96153	2021NE17114	21/10/2021	4.800,00			
07/10/2021		10.307.782,00	2021OB90688	2021NE00213	06/10/2021	10.307.782,00			
07/10/2021		4.800,00	2021OB96153	2021NE17114	21/10/2021	4.800,00			
08/11/2021		10.307.782,00	2021OBA0089	2021NE00213	05/11/2021	10.307.782,00			
08/11/2021		4.800,00	2021OBA7358	2021NE18166	22/11/2021	4.800,00			
07/12/2021		10.307.782,00	2021OBB1405	2021NE00843	06/12/2021	10.307.782,00			
07/12/2021		4.800,00	2021OBC0023	2021NE21600	20/12/2021	4.800,00			
Subtotal						127.493.567,00			
Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos						369.955,23			
Outras receitas						447.137,48			
Recursos próprios aplicados pela organização social						-			
Total das receitas						128.310.659,71			
Total das despesas no exercício 2021						128.847.506,57			
Recurso público não aplicado						2.953.427,81			
Valor devolvido ao contratante						-			
Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte						2.953.427,81			
Relatório Execução Técnica - Contratado x Realizado - Período 01/01/2021 a 31/12/2021									
Hospitalar Internações									
1º semestre					2º semestre				
Contratado/Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Clinica Médica	1.560	1.482	1.560	1.411					
Obstetrícia	2.214	2.108	2.214	2.514					
Pediatria	138	483	138	489					
Total	3.912	4.073	3.912	3.934					
Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica									
1º semestre					2º semestre				
Contratado/Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Eletivas	1.350	337	1.350	1.212					
Urgências	750	399	750	418					
Total	2.100	736	2.100	1.630					
Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais									
1º semestre					2º semestre				
Contratado/Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Cirurgia Hospital-Dia	-	32	-	-					
Cirurgias Ambulatoriais	-	-	-	-					
Total	-	32	-	-					
Urgência/Emergência									
1º semestre					2º semestre				
Contratado/Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Consultas de Urgência	13.998	15.142	13.998	15.055					
Ambulatorial									
1º semestre					2º semestre				
Contratado/Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Primeiras Consultas Rede	858	402	858	481					
Interconsultas	342	165	342	1.475					
Consultas Subsequentes	4.350	3.359	4.350	4.063					
Total	5.550	3.926	5.550	6.019					
Consultas Não Médicas									
1º semestre					2º semestre				
Contratado/Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Consultas Subsequentes	1.620	1.802	1.620	2.259					
Total	1.620	1.802	1.620	2.259					
Total do Atendimento Ambulatorial									
	7.170	5.728	7.170	8.278					
SADT Externo									
1º semestre					2º semestre				
Contratado/Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Diagnóstico por Endoscopia	1.800	1.185	1.800	1.785					
Total	1.800	1.185	1.800	1.785					
Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP									
HLS - Hospital Local de Sapopemba									
Relatório Execução Técnica - Contratado x Realizado - Período 01/01/2021 a 31/12/2021									
Hospitalar Internações									
1º semestre					2º semestre				
Contratado/Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Clinica Médica	-	501	-	117					
Total	-	501	-	117					
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais)									
1. Contexto operacional: O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 48.794, de 21 de julho de 2008. E portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS-SAPOMBA) conforme Portaria SAS/MS nº 157, de 19 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2017 e processo nº 25000.017066/2022-83, acerca do andamento do requerimento de renovação da certificação. Até o presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, de 17/12/2021, ao estabelecer que "a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". Em 1998, foi promulgada da Lei Complementar nº 346/98 aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde									

-continuação

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP
HESAP - Hospital Estadual "Valdemar Sunhiga" de Sapopemba

CNPJ nº 61.687.356/0025-07

Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais)

corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta, movimentações, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros a valor justo por meio do resultado". De acordo com o Contrato de Gestão, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, ou seja, custeio ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade. **b. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisição e estão relacionados, principalmente, a medicamentos e insumos hospitalares para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos hospitais. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em razão de suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizável - Intangível:** (i) **Reconhecimento e mensuração - Imobilizável e Intangível - Filiais OSS:** Os elementos do ativo imobilizável e intangível são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos é aplicada. Os ativos imobilizáveis e intangíveis utilizados no hospital, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública. **d. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores de tributos e contribuições devidas pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos. **e. Subvenções governamentais:** Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão" no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações. **f. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor justo mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Receita operacional:** (i) **Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços:** A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias de gestão de saúde, permitindo a participação de organizações como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de hospitais, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Os contratos de gestão são definidos de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratução de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas (informações ambulatoriais, internações, procedimentos) pelo acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado termos de ratificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. **i. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias. **j. Apuração do resultado:** As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público. **k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contra a receber do Estado sem o componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contra a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atende aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um desdobramento contábil que de outra forma surgiria. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. **(iv) Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebi-

mento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(v) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(vi) Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2021 e 2020 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. **(vii) Redução ao valor recuperável (impairment):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco com taxa de câmbio; • Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 12 - Instrumentos financeiros. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **i. Arrendamentos:** Como arrendatária, quando aplicável, a Entidade reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (vigência igual ou inferior a 12 meses) e itens de baixo valor. A Entidade analisou os impactos da adoção do CPC 06 (R2) Arrendamentos, e constatou que não apresentaram efeitos nas demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa fundo fixo	5.000	5.000
Bancos conta movimento	31.549	10.592
Aplicações financeiras	2.921.879	3.473.683
Total	2.958.428	3.495.275

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de renda fixa, e buscam rendimentos próximos ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2021 os rendimentos variam entre 95% e 98% do CDI, (que eram entre 94% e 96% do CDI em 2020), e podem ser resgatados a qualquer momento sem perda de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo (de até 90 dias), visando a continuidade normal das atividades da Entidade.

Descrição	2021	2020
CDB e aplicações compromissadas	2.921.879	3.473.683
O saldo apurado ao final de cada exercício, conforme determinado no contrato de gestão, poderá permanecer como disponibilidade, que deverá aplicar o montante na execução do objeto com o objetivo de garantir o pagamento dos recursos repassados aos aplicados no mercado financeiro, e o resultado desta aplicação são revertidos exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão (recursos com restrição).		
4. Estoques: O estoque é representado principalmente por medicamentos e insumos hospitalares. A Entidade não constitui provisão para obsolescência de seus estoques. Sobre o estoque de medicamentos, principalmente, este possui giro médio de até 30 dias, por tratar-se de unidade que possui alta demanda.		
Descrição	2021	2020
Estoque de medicamentos e insumos hospitalares	1.742.250	1.519.396
Total	1.742.250	1.519.396

5. Fornecedores: Representado principalmente por valores a pagar relacionados a compra de insumos hospitalares, medicamentos e prestação de serviços assistenciais e administrativos.

Descrição	2021	2020
Fornecedores	6.875.673	7.120.703
Total	6.875.673	7.120.703

6. Obrigações trabalhistas e tributárias

Descrição	2021	2020
Obrigações trabalhistas		
Provisões para férias e encargos	6.147.468	6.507.735
FGTS a recolher	464.734	470.584
INSS retido na fonte a recolher	296.532	362.217
Salários a pagar	274.112	255.961
Contribuição sindical e assistencial	432	325
Outras obrigações trabalhistas	757	
Total	7.184.035	7.596.822

Obrigações tributárias

IRRF retido na fonte	495.500	496.604
PIS, Cofins e CSLL retidos na fonte	165.167	173.380
ISS a recolher	6.416	8.017
Total	667.083	678.001

Total das obrigações trabalhistas e tributárias 7.851.118 8.274.823

7. Subvenção governamental para investimento: 7.1. Subvenção governamental a aplicar em investimentos: A título de investimento em obras ou equipamentos, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo por meio do contrato de gestão com a Entidade, realizaram subvenções para investimento empregados na aquisição de ativos imobilizado, intangível, reformas prediais e de estrutura para atendimento. As subvenções governamentais a aplicar são controladas em contas do passivo e no momento que são aplicadas, são controladas em contas de compensação.

Descrição	2021	2020
HESAP	187.953	483.952
Total	187.953	483.952

7.2. Subvenção governamental aplicada em investimentos: Em atendimento ao Contrato de Gestão firmado entre a Entidade e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, estabelece que a Entidade deve usufruir apenas do direito de uso dos bens, sendo a propriedade, escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo. Os itens do ativo imobilizado do contrato de gestão são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. A Entidade faz o controle patrimonial em conta de compensação, sem prejuízo das informações econômicas, segue demonstração:

Descrição	Imobilizado	Imobilizado
	2021	2020
HESAP	18.910.545	18.211.276
Total	18.910.545	18.211.276

	Intangível	Intangível
	2021	2020
HESAP	172.531	172.531
Total	172.531	172.531

Subvenção governamental para investimentos aplicados

	2021	2020
Total	19.083.076	18.383.807

8. Provisão para contingências trabalhistas e cíveis: Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a contingências e riscos, que incluem processos judiciais de natureza trabalhista e cível em discussão. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Entidade possuía registros dos seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis às eventuais demandas judiciais:

	2021	2020
Trabalhistas	1.029.750	1.236.594
Cíveis		
Total	1.029.750	1.236.594

8.1. Provisões para contingências trabalhistas: As provisões para contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos ex-colaboradores, nos quais reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, reatividade de aumentos e reajustes salariais.

8.2. Provisões para contingências cíveis: As provisões para riscos relacionados a processos cíveis decorrentes de questionamentos de responsabilidade civil e danos morais. **8.3. Movimentação das contingências e depósitos judiciais:** Abaixo as movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 das contas contábeis relacionadas a provisões para contingências:

Provisões das contingências	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.721.008	-	1.721.008
Reversão de provisão	(468.461)	(468.461)	(936.922)
Contingências pagas	(555.800)	(4.097)	(559.897)
Complemento de provisão	539.907	4.097	544.004
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.236.594	-	1.236.594
Reversão de provisão	(220.858)	(220.858)	(441.716)
Contingências pagas	(335.808)	(2.794)	(338.602)
Complemento de provisão	349.822	2.794	352.616
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.029.750	-	1.029.750

Seguem as movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 das contas contábeis relacionadas a depósitos judiciais:

Depósitos judiciais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	487.573	-	487.573
(+) Adições	23.305	-	23.305
(-) Reversões	(114.029)	-	(114.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	396.849	-	396.849
(+) Adições	52.627	-	52.627
(-) Reversões	(74.893)	-	(74.893)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	374.583	-	374.583

A Entidade possui processos cíveis e trabalhistas em discussão, classificados por seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, cujo montante é de aproximadamente, R\$ 15.335.321 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.457.495 em 2020), os quais não foram constituídas provisões por entender que há um risco reduzido de perdas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 25).

9. Receitas operacionais líquidas

	2021	2020
Contrato de gestão - OSS (a)	127.064.802	135.620.000
Outras receitas (b)	451.108	137.384
Total	127.515.910	135.757.384

(a) **Contrato de gestão - OSS:** A Entidade celebrou contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para administrar a gestão de saúde das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Este contrato estabelece prazo de vigência determinado, o orçamento oriundo do gerenciamento de hospitais de saúde, aplicadas integralmente nos objetos dos instrumentos celebrados com o Estado;

(b) **Outras receitas:** Locação de espaço, reciclagem de materiais, campo de aprendizagem e demais receitas.

10. Custos de serviços prestados e despesas operacionais

	2021	2020
Pessoal, benefícios e encargos	(57.984.106)	(61.344.409)
Serviços de terceiros	(45.773.611)	(50.407.464)
Materiais e medicamentos	(18.827.254)	(18.196.605)
Administrativos e gerais	(4.365.355)	(4.156.150)
Demais despesas operacionais	(108.321)	(148.251)
Total	(127.056.647)	(134.252.879)

Classificados como:

Custos de serviços prestados	(109.670.282)	(116.654.630)
Despesas operacionais	(17.289.123)	(17.630.569)
Administrativos e gerais	(97.242)	32.320
Demais despesas operacionais	(17.386.365)	(17.598.249)
Total	(127.056.647)	(134.252.879)

11. Resultado financeiro líquido: Os encargos financeiros e as variações monetárias apropriadas ao resultado estão demonstrados como segue:

	2021	2020
Receitas financeiras	454.933	241.384
Rendimentos aplicações	454.933	241.384
Despesas financeiras	(4.636)	(4.915)
Despesas bancárias	(4.636)	(4.915)
Total	450.297	236.469

12. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso o Estado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.958.428	3.495.275
Total		2.958.428	3.495.275

• Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível de caixa se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

	Vencimentos - 2021		Vencimentos - 2020
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano
Fornecedores	5	6.875.673	6.875.673
Total		6.875.673	6.875.673
	Vencimentos - 2020		Vencimentos - 2020
	Nota	Valor contábil	Até 1 ano
Fornecedores	5	7.120.703	7.120.703

continuação

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP

HESAP - Hospital Estadual “Valdemar Sunhiga” de Sapopemba

CNPJ nº 61.687.356/0025-07

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em Reais)

c. Risco de mercado e taxa de juros: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **d. Política de gestão de capital:** A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **e. Hierarquia do valor justo:** A Entidade classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O resumo da classificação é como segue: **Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	2021	2020
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2.958.428	3.495.275
Total ativo		2.958.428	3.495.275

Passivos	Classificação	2021	2020
Fornecedores	Custo amortizado	(6.875.673)	(7.120.703)
Instrumentos financeiros líquidos		(3.917.245)	(3.625.428)

13. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020: • IRPJ - Imposto de renda da Pessoa Jurídica; • CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; • Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; • INSS - Contribuição Previdenciária Cota Patronal (vide notas nº 14 e 15); • PIS - Programa de Integração Social (sobre folha de pagamento); • ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

14. INSS - Contribuição previdenciária - Imunidade das contribuições sociais: A Entidade é imune de Contribuições para a Seguridade Social com base nos artigos nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, que revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

15. Certificado de entidade beneficente de assistência social: Em 27 de novembro de 2009, entrou em vigor a Lei nº 12.101/09, que altera a Lei nº 8.742/93, revoga dispositivos das Leis nº 8.212/91, 9.429/96, 9.732/98, 10.684/03 e medida provisória nº 2.187-13 de 24 de agosto de 2001; e que por fim foi revogado pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. As alterações promovidas visam, principalmente, o processo e regulamentação da certificação das entidades beneficentes e a imunidade de contribuições para a seguridade social concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação. Com o advento da nova legislação, os processos da entidade foram direcionados para o Ministério da Saúde. A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS perante o Ministério da Saúde, cujo último deferimento ocorreu conforme portaria SAS/MS nº 157, de 19/01/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 20/01/2017, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017. Em atenção à solicitação contida no Ofício s/nº, de 15/01/2018, registrado pelo SIPAR nº 25000.006406/2018-64, protocolado em 29/12/2017 junto ao Ministério da Saúde, acerca do andamento do requerimento de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado, conforme parágrafo 2º, artigo 37, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei, chamada “Lei da Filantropia”, e às demais regulamentações vigentes, e a obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelo Ministério da Saúde.

16. Avals, fianças e garantias: A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

17. Seguros: A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2021, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela Administração, com os riscos envolvidos: • **Multirrisco:** Cobertura dos prédios, maquinário, equipamentos, móveis e utensílios e estoques contra: roubo e furto qualificado, quedas de raio, danos elétricos, incêndio, explosão, vendaval, granizo, impacto de veículo, desmoroamento total ou parcial, responsabilidade civil operações, perda de aluguel, vazamento de tanques e tubulações, equipamentos estacionários e arrendados e lucros cessantes; • **Responsabilidade Civil Profissional:** Danos materiais e morais nos hospitais e ambulatórios, através dos seus médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e demais empregados no exercício da sua profissão estendendo aos serviços terceirizados; • **Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores:** responsabilidade civil de administradores e diretores, extensão automática para cobertura de novas subsidiárias, adquiridas ou constituídas durante a vigência da apólice, gerenciamento de crises, despesas de publicidade a danos a reputação, reclamações resultantes de erros e omissões na prestação de serviços profissionais da Entidade, danos ambientais, reclamações feitas pelo governo e demais órgãos reguladores, questões tributárias; • **Responsabilidade Civil Geral:** tem por objetivo garantir o pagamento de indenizações ao segurado ou diretamente a terceiros, das quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente em ação de responsabilidade contra a entidade; • **Veículos:** cobertura para roubo e furto qualificado, avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes.

Diretoria	
Engº Haruo Ishikawa	Conselheiro Presidente
Paulo Roberto Simon Carrión - Contador CRC 1SP 155005/O-4	